

18 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Mudança no CNJ tem apoio de 7 conselheiros

Alterações que serão propostas no dia 26 retiram poder da presidência do órgão, hoje ocupada por Cezar Peluso

**Para haver modificação, é preciso o voto de 8 dos 15 integrantes do conselho; maioria diz que defenderá mais transparência**

Ao menos sete dos 15 integrantes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) defendem mudanças de regras que, na prática, retiram poder da presidência do órgão, hoje ocupada por Cezar Peluso, também presidente do STF (Supremo Tribunal Federal).

A maioria dos conselheiros — 10 dos 15 — afirmou ainda que vai defender, a partir da semana que vem, alterações para tornar o CNJ mais democrático e transparente.

É necessário pelo menos o apoio de oito conselheiros para as alterações nas normas.

Eles pretendem tratar, na primeira sessão do ano, no próximo dia 26, de dois textos discutidos nos bastidores.

As mudanças dão a uma comissão interna o mesmo poder que o presidente tem hoje de fiscalizar a transparência dos tribunais federais e estaduais e retira da presidência, repassando ao plenário, a prerrogativa de escolher e destituir o secretário-geral, que cuida da área técnica e administrativa do CNJ.

O conselho virou palco de uma crise institucional, que colocou Peluso e a corregedora, Eliana Calmon, em lados opostos.

O presidente do CNJ integra o grupo para quem o órgão só poderia investigar tribunais caso as corregedorias locais se fossem ineficientes.

Já Calmon quer liberdade para o conselho agir, independentemente do andamento das apurações locais.

Como cabe ao secretário-geral, o juiz Fernando Marcondes, aliado de Peluso, definir previamente os temas que serão votados, os conselheiros querem apresentar as propostas durante a sessão, dentro do plenário.

Dos sete defensores das mudanças, seis não são magistrados, mas representantes do Congresso, do Ministério Público, e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

"A situação do CNJ não é republicana. Não é proselitismo ou demagogia, é um direito da população a abertura dos dados", disse o conselheiro Jorge Hélio, da OAB.

Ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Calmon é a única magistrada que, até agora, se mostra ao lado deles: "Sou favorável a tudo em matéria de transparência e democratização".

Para ter o voto dos demais indicados pelos tribunais, a estratégia será evitar a vinculação do movimento a uma retaliação a Cezar Peluso.

Sem clima de beligerância, seria mais fácil conseguir apoio, por exemplo, do ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula.

Ele não quer manifestar voto a favor das ideias discutidas, mas defendeu mudanças: "O CNJ tem que mudar. É um órgão em formação, que vive a crise da adolescência, em busca de identidade perante a própria sociedade".

Peluso, cujo mandato termina em abril, mais uma vez, preferiu não se manifestar.

## CONTRATOS

Ontem, o secretário-geral do CNJ negou irregularidades em recentes contratos firmados pelo órgão.

Marcondes tem sido criticado por conselheiros por causa de dois convênios — de R\$ 44,9 milhões e de R\$ 8,6 milhões — assinados em dezembro. Para membros do CNJ, não houve a devida transparência no caso.

"Se os recursos não fossem utilizados, teriam de ser devolvidos para a Fazenda Pública", disse.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**MUDANÇAS NO CNJ** Ao menos 7 dos 15 conselheiros defendem as propostas de mudanças no CNJ

### A FAVOR DAS PROPOSTAS



- > Eliana Calmon (STJ)\*
- > Gilberto Valente Martins (Ministério Público)\*
- > Jefferson Kravchychyn (OAB)\*
- > Jorge Hélio (OAB)\*

### A FAVOR DE MUDANÇAS, MAS NÃO FALARAM SOBRE AS PROPOSTAS

- > Silvio Luís Ferreira da Rocha (STJ)\*
- > José Lúcio Munhoz (TST)\*
- > Carlos Alberto Reis de Paula (TST)\*

### NÃO SE MANIFESTARAM

- > Cezar Peluso (Presidente do STF)\*
- > José Guilherme Vast Werner (STF)\*

### AS PROPOSTAS

Grupo de conselheiros proporá mudanças que limitam poderes do presidente do CNJ, cargo ocupado pelo chefe do STF



- > Bruno Dantas (Senado Federal)\*
- > Marcelo Nobre (Câmara dos Deputados)\*
- > Wellington Saraiva (Ministério Público)\*

### CONTRÁRIO



- > José Roberto Neves Amorim (STF)\*

### NÃO FORAM LOCALIZADOS

- > Ney de Freitas (TST)\*
- > Tourinho Neto (STJ)\*

18 JAN 2012

### 1- TRANSPARÊNCIA

Passar a atribuição de fiscalizar a transparência dos tribunais estaduais do presidente do CNJ para uma comissão de conselheiros

### 2- SECRETARIA GERAL

Tirar da presidência a prerrogativa de escolha do secretário-geral do CNJ, cargo de confiança e responsável pela administração do conselho

CONTINUA

## Juiz critica corporativismo de corregedorias estaduais

Ex-presidente da associação que comanda os ataques contra o Conselho Nacional de Justiça, o juiz Mozart Valadares Pires vai na contra-mão da entidade que dirigiu de 2008 a 2010, defende o CNJ e diz que as corregedorias dos tribunais atuavam de forma ineficiente e corporativista.

Em artigo ainda inédito, Pires afirma que o CNJ muda a "sensação de que o Judiciário e nós, juizes, estávamos acima do bem e do mal" e diz que o "esforço" do conselho é "muitas vezes incompreendido" por magistrados.

O texto de Pires integra o número 16 da revista "Interesse Nacional", que começa a circular nesta semana ([www.interessenacional.uol.com.br](http://www.interessenacional.uol.com.br)) com oito artigos sobre o CNJ, cuja atuação deflagrou crise no Judiciário.

A Associação dos Magistrados Brasileiros questiona no Supremo Tribunal Federal o poder de investigação do CNJ. Em decisão provisória, o ministro Marco Aurélio Mello restringiu a atuação do órgão.

O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, é autor de um dos artigos da revista.

Em seu texto, ele exalta o CNJ como "instrumento essencial para o aperfeiçoamento do sistema judicial brasileiro" e lista avanços conquistados pelo órgão, como o estabelecimento de metas de produtividade e as ações da corregedoria.

Peluso, porém, não comenta especificamente a polêmica sobre a atuação do CNJ.

O ministro Gilmar Mendes, ex-presidente da corte, escreve um dos artigos da revista, no qual afirma que o CNJ é "legítima conquista da democracia", diz que o órgão vem cumprindo sua "missão constitucional" e defende que sua atuação não se restrinja à fiscalização de magistrados.

Para Mendes, o CNJ é fundamental como órgão de "planejamento estratégico".

Também ex-presidente do STF, Ellen Gracie afirma que a emenda constitucional que criou o CNJ é "eloquente" ao dar poder de investigação ao órgão, mas diz que o conselho deverá ser o "grande centro de pensamento estratégico do Judiciário brasileiro".

Outro ex-presidente do STF que escreve para a revista é o ex-ministro Nelson Jobim, que afirma ser um retrocesso a tese que esvazia o CNJ, conforme a **Folha** antecipou no dia 26 de dezembro.

A ministra Eliana Calmon, corregedora Nacional de Justiça e personagem central da crise do Judiciário, escreve que nos tribunais havia "práticas administrativas absolutamente condenáveis sob o aspecto técnico (...) Tudo era feito de forma pessoal e na base do improviso".

**“Havia uma cultura muito grande da falta de transparência, da sensação de que o Judiciário e nós, juizes, estávamos acima do bem e do mal. Esse estigma está sendo quebrado pela atuação do CNJ”**

CONTINUA

MOZART VALADARES PIRES  
ex-presidente da AMB

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Movimentações  
suspeitas levaram a  
prisões, diz Fazenda

18 JAN 2012

As maiores movimentações financeiras atípicas realizadas por integrantes de tribunais do Rio de Janeiro e de São Paulo entre 2000 e 2010 já foram investigadas pela polícia e levaram a prisões, segundo o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) do Ministério da Fazenda.

O levantamento do Coaf foi usado pelo Conselho Nacional de Justiça para preparar apurações em 22 tribunais, a começar pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O trabalho foi interrompido por liminares do Supremo Tribunal Federal.

Segundo o relatório, em 2002 "pessoa relacionada ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região", no Rio de Janeiro, fez operações no valor de R\$ 282,9 milhões.

Após reunião para dar informações à direção do TJ paulista ontem, o presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues, disse que o caso do Rio refere-se a um servidor que era ligado a uma casa de câmbio antes de ingressar no tribunal —ele chegou a ser preso.

Ainda de acordo com o levantamento, dois integrantes do TJ de São Paulo e um da Bahia movimentaram R\$ 116 milhões em 2008.

Segundo Rodrigues, as ocorrências de São Paulo tiveram como protagonistas um investidor de uma empresa e uma pessoa casada com um suspeito de envolvimento na venda de títulos públicos falsificados.

# FOLHA DE S. PAULO

IGOR GIELOW 18 JAN 2012

## O juiz e o holofote

BRASILIA - Enquanto os meritísimos brasileiros engalfinham-se, Madri viu ontem Baltasar Garzón sentar-se no banco dos réus.

O juiz espanhol, que ganhou fama ao prender Augusto Pinochet fora do Chile e por ajudar a reabrir casos da ditadura argentina, é visto por seus apoiadores como um defensor universal das vítimas da opressão.

Para seus adversários, que geralmente estão no que é percebido pela opinião pública como o "lado do mal", Garzón é só um oportunista com pouco respeito às leis.

A verdade parece estar no lugar de sempre: em algum lugar no meio do caminho. Mas o voluntarismo de Garzón cobrou seu preço: ele está sendo julgado por autorizar escutas ilegais enquanto investigava uma suposta rede de corrupção envolvendo o Partido Popular (hoje no poder).

Ao que tudo indica, e como a coisa mexe com políticos e advogados cabe sempre cautela, ele exagerou. E foi buscar um privilégio inexistente de ter o direito a uma apelação superior. É forte candidato a perder a toga por 17 anos, matando sua carreira.

Garzón está na berlinda. Numa Espanha em eterno Fla-Flu, cindida por quase quatro décadas da ditadura fascista de Francisco Franco, ele tentou reabrir casos de violação, só para ser afastado e responder a outro rumoroso processo.

O juiz, disse a Justiça, atentou contra uma fundação da transição democrática, a anistia, angariando os previsíveis apoios e críticas. Nada muito diferente, guardadas as proporções, do que acontece no Brasil (com efeito, Garzón deu pitacos contra a Lei de Anistia daqui também).

Empolgados com a atuação de Eliana Calmon, magistrada cuja justa causa de combate aos privilégios do Judiciário às vezes é ofuscada pelos holofotes, juízes Brasil afora podem começar a emular a figura do procurador "combativo" que tanto prejudicou o Ministério Público.

É popular, mas nem sempre acaba bem, como Garzón demonstra.

# FOLHA DE S. PAULO

# Juiz espanhol que mandou prender Pinochet

## vira réu 18 JAN 2012

Baltasar Garzón enfrenta acusação de ter violado norma ao aprovar escuta

**Magistrado também será julgado por abrir investigação sobre mortes na ditadura de Francisco Franco**

Um dos mais famosos defensores dos direitos humanos, o carismático e controvertido juiz espanhol Baltasar Garzón, estava no banco dos réus do Supremo Tribunal de seu país ontem.

Garzón, que ordenou a detenção em Londres do antigo ditador chileno general Augusto Pinochet, talvez nunca mais venha a usar sua beca de juiz, que ele vestiu para se defender de acusações que podem tirá-lo de seu posto.

Manifestantes gritavam diante do tribunal em apoio ao homem que perseguiu ditadores e políticos corruptos de todo o planeta, bem como quadrilhas de traficantes e o grupo terrorista basco ETA.

O caso é o primeiro de três processos privados que o tribunal aceitou contra Garzón, por abuso deliberado de seus poderes como juiz. A Promotoria espanhola se recusou a participar da acusação.

"O mundo está virado de cabeça para baixo. Querem pegá-lo", disse a argentina Manoli Labrador, que trazia na cabeça o lenço branco das Mães da Praça de Maio.

Garzón disse que estava mantendo o ânimo, ainda que sua opinião pessoal seja a de que seus colegas juizes desejam se livrar dele.

Ele foi acusado de violar deliberadamente as normas processuais ao aprovar escutas policiais de conversas entre advogados de defesa e prisioneiros, em uma investigação de corrupção sobre o PP (Partido do Povo), do atual primeiro-ministro Mariano Rajoy.

O premiê criticou vigorosamente a atuação de Garzón durante o chamado caso Gürtel, envolvendo dirigentes do PP em Valência e Madri.

"Trabalhei naquele caso dia e noite", disse Garzón ao tribunal orgulhosamente.

"Porque um juiz está investigando um crime, isso não significa que possa fazer o que quiser", disse o advogado de acusação Ignacio Peláez. "Até os criminosos têm certos direitos."

"Os promotores do Estado estão lá para garantir que as normas processuais sejam seguidas e decidiram conscientemente que não contestariam minha decisão", declarou Garzón.

Um segundo julgamento começa na semana que vem. Nele, Garzón será acusado de distorcer a lei ao abrir uma investigação judicial sobre a morte ou desaparecimento de 110 mil pessoas supostamente assassinadas durante o regime de Francisco Franco.

"Passados 36 anos da morte de Franco, a Espanha está enfim processando alguém em relação aos crimes de sua ditadura —o juiz que tentou investigar esses crimes", disse Reed Brody, assessor jurídico da Human Rights Watch.

Um terceiro caso, envolvendo alegações de que Garzón deveria ter recusado envolvimento em investigação contra o banco Santander, ainda não tem data marcada.

Um processo privado alega que Garzón recebeu dinheiro do Santander durante um ano sabático que passou pesquisando na Universidade de Nova York. A universidade nega a alegação.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Estupro no ar 18 JAN 2012

SÃO PAULO - Se houve, de fato, estupro no "BBB 12", eu não sei. O que sei é que está em curso uma pequena revolução cultural, que redefine o conceito de liberdade sexual e vem exigindo mudanças na legislação.

No caso brasileiro, elas vieram em 2009, quando todo o capítulo do Código Penal que trata dos chamados atos libidinosos foi reescrito. Expressões anacrônicas como "mulher honesta" e "virgem" desapareceram sem deixar saudades. Homens e mulheres foram igualados em termos de direitos e responsabilidades, e a noção-chave de "manifestação da vontade" fez sua tardia estreia nas leis que regulamentam o sexo.

Tais mudanças eram mais do que necessárias, mas seria um erro acreditar que agora já está tudo resolvido. A julgar pelos precedentes em outros países, a introdução da ideia de consentimento como pré-condição para a relação sexual — que está apenas esboçada na legislação brasileira, mas já é a regra em vários Estados norte-americanos —, nos coloca diante de outro tipo de dificuldade.

Com efeito, quando o estupro era definido apenas em termos de violência física (a mulher que não reagisse à agressão não podia nem mesmo reclamar a posição de vítima) era relativamente fácil encontrar hematomas e fissuras que confirmassem a história. Depois que o critério passa a ser o consentimento, escancararam-se as portas para a indefinição.

Em que condições a aquiescência pode ser presumida? Como proceder quando surge uma guerra de versões? A própria semântica deixa de ser território seguro, pois há situações em que um "não" significa "sim" e outras em que o "sim" deve ser interpretado como um "não".

A barafunda é tamanha que já há juristas norte-americanos que defendem que cada relação sexual seja precedida de negociações contratuais que explicitem os respectivos consentimentos e os limites da brincadeira. Embora prudente, tal prática sacrificaria algo do romantismo.

18 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Operação-abafa no 'BBB 12' lembra piores momentos da Globo

MAURICIO STYLER  
ESPECIAL PARA A FOLHA

Mais surpreendente do que o próprio episódio que resultou na eliminação de um candidato do "BBB 12" por suspeita de estupro foi a tentativa da direção do programa de varrer a baixaria para debaixo do tapete.

A operação-abafa, urdida na manhã de domingo, 15, foi sustentada até o final da tarde do dia seguinte. Nesse meio-tempo, o diretor do programa, Boninho, desdobrou-se em entrevistas, dando versões desconstruídas e, em alguns casos, inexatas sobre o que de fato ocorreu.

O ápice da tentativa de reescrever a história ocorreu na noite de domingo, um dos dias nobres do "BBB".

A edição do programa não apenas deixou de mostrar as cenas mais picantes da noite anterior como ainda deu a entender que Monique, a suposta vítima de Daniel, fez um jogo de "morde e assopra" com ele nos momentos que antecederam a suspeita movimentação do modelo sob o edredom.

A cereja do bolo desse momento foi a cínica intervenção do apresentador Pedro Bial, que resumiu tudo assim: "O amor é lindo". O caso lembrou algumas das maiores escorregadas da Globo, como a deliberada confusão que fez

na cobertura do comício das Diretas de 1984, transformando-o numa festa pelo aniversário de São Paulo.

Além de não mostrar as imagens que poderiam ajudar o espectador a julgar o episódio por conta própria, Boninho ainda tentou distrair a opinião pública com a carta do "racismo". Também não funcionou.

É preciso ressaltar que o cuidado do programa em não acusar Daniel é correto. O "BBB" não é polícia nem Justiça. Mas isso é muito diferente da tentativa feita de iludir o público sobre o ocorrido.

As festas do "BBB", regadas a quantidades industriais de bebidas alcoólicas, destinam-se basicamente a criar situações a serem exploradas posteriormente pelo programa. Gafes, gritarias, baixarias, beijos roubados, escorregões e gemidos sob o edre-

dom fazem a alegria de quem edita a atração e, depois, do público que assiste.

O episódio que envolveu Daniel e Monique, nesse sentido, não chega a ser surpreendente. Foi apenas um ponto fora da curva. Mais cedo ou mais tarde ocorreria.

A novidade é que a edição deixou escapar um vídeo de quatro minutos, que ganhou a Internet e se espalhou em velocidade espantosa; 2012 não é 1984.

Foi essa difusão que transformou a operação-abafa de Boninho em pó, levou o governo federal a se manifestar e colocou a polícia no Projac.

Apesar do lhoipe em queda, o "BBB" é um dos programas mais bem-sucedidos da Globo, respondendo por um faturamento da ordem de R\$ 380 milhões em 2011.

Responsável direto por este sucesso, o diretor parece ter acreditado que, com seu toque de Midas, seria capaz, mais uma vez, de reescrever a história.



MAIS  
SURPREENDENTE  
QUE O EPISÓDIO  
FOI A TENTATIVA  
DE VARRER A  
BAIXARIA PARA  
BAIXO DO TAPETE

Edição do programa não mostrou cenas mais picantes, e falas da direção tentaram distrair opinião pública



# FOLHA DE S. PAULO

GUARACY MINGARDI 18 JAN 2012

## Internar compulsoriamente onde?

Um dos maiores poetas da Grécia antiga, Píndaro, escreveu que "o dia precedente é o mestre do dia seguinte". É uma diretriz muito boa, que deve ser seguida na condução dos negócios humanos, principalmente quando o Estado decide colocar a sua estrutura policial em ação.

E o desencontro entre o discurso oficial e a ação da Polícia Militar no centro de São Paulo para combater os usuários de crack mostra que ninguém pensou muito no dia seguinte, quando a operação acabar e a polícia voltar para sua rotina.

É bom ressaltar que ignorar o problema, política comum durante os quase vinte anos de existência da cracolândia, é bobagem. Deixar as pessoas se matando lentamente no meio da rua e abandonar importantes áreas da cidade não é uma política pública, é descaso absoluto.

Por outro lado, não adianta só reprimir os usuários, não deixando com que eles se agrupem em grandes bandos. São necessárias também medidas de saúde pública, reestruturação urbana etc.

Esta não é a primeira operação desse tipo na cracolândia. Ocorreram outras. Todas tiveram muito impacto, mas efeito temporário. A última aconteceu no início da administração Serra na prefeitura.

O resultado foi tirar os "noias" de

Apesar da discussão do momento ser sobre internação compulsória, o buraco é mais embaixo: o Estado vai internar onde? Onde estão as vagas?

perto da rua do Triunfo. A proposta era reurbanizar o local, levar para lá universidades, empresas etc. A presença constante de uma base móvel da PM melhorou o local, mas nenhuma universidade ocupou o espaço. Ele continua cheio de imóveis degradados.

Já os "noias" se espalharam por todo o centro da cidade até, algum tempo atrás, se fixarem a 500 metros do ponto de partida, na área da rua Dino Bueno.

A operação recente começou da mesma forma que a última, com um trabalho policial de repressão aos usuários. Além dos casos de violência gratuita, aconteceram alguns problemas operacionais. O mais gritante é a falta de repressão ao tráfico. Foram presos só alguns microtraficantes, a maioria usuários. Nenhum traficante que abastece a região foi para a cadeia. Quando a tudo sossegar, eles voltam à atividade.

Além disso, os usuários foram empurrados em bando de um lado para outro por veículos policiais. Se

o objetivo era dispersá-los, porque todos eram sempre conduzidos na mesma direção?

O maior problema, porém, é a falta de planejamento. Não houve sincronia entre a prefeitura e o Estado. O prefeito admitiu não saber sobre a operação. A guarda municipal entrou a reboque da PM. A área social da prefeitura, por sua vez, ainda nem começou a se mobilizar.

E o usuário que quiser sair dessa vida, para onde ele vai? Apesar da discussão do momento ser sobre o direito do Estado de internar compulsoriamente, na verdade o buraco é mais embaixo. Internar onde? Onde estão as vagas?

O melhor que pode advir desta operação é a dispersão dos "noias" pela cidade. Assim, nenhuma TV vai flagrar uma multidão de drogados em ano eleitoral. Grupos de oito ou dez pessoas usando drogas em locais públicos, porém, podem se tornar mais visíveis para o eleitor.

Antes de algum figurão vir a público cantar vitória, seria bom lembrar quando Bush, em um navio americano, proclamou "missão cumprida", enquanto a guerra do Iraque estava no seu primeiro ano.

GUARACY MINGARDI, 56, doutor em ciência política pela USP e ex-subsecretário nacional de Segurança, é pesquisador da Escola de Direito de São Paulo da FGV

18 JAN 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça determina que MEC mostre redações do Enem

Pela decisão, todos os candidatos terão acesso também ao espelho da correção; cabe recurso

A Justiça Federal no Ceará determinou na noite de ontem que o Inep, órgão ligado ao Ministério da Educação, dê acesso às cópias da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e ao espelho de correção a todos os candidatos. Ainda cabe recurso.

O texto da decisão afirma ainda que os candidatos poderão optar por pedir revisão das provas. Em caso de mudanças no resultado, os candidatos poderão usar as novas notas no Sisu (sistema que seleciona alunos para instituições públicas via Enem).

Essa decisão pode modificar a situação do Sisu. As inscrições foram encerradas na quinta-feira passada e o resultado foi divulgado no dia seguinte. Alunos que tiverem suas notas modificadas poderão recorrer na Justiça o resultado dos aprovados. O Inep disse que vai recorrer.

#### VAZAMENTO

A Polícia Federal no Ceará indiciou dois funcionários do Colégio Christus, de Fortaleza, suspeitos do vazamento de questões do Enem. Ambos responderão à acusação de estelionato.

Em nota, o colégio afirmou que "confia na honestidade de seus funcionários" e que vai aguardar "uma posição equilibrada e isenta" do Ministério Público Federal.

#### PAINEL DO LEITOR

##### Judiciário

Ainda que se discorde de parte do texto de Eliane Cantanhêde ("Punição e Prêmio", "Opinião", ontem), é salutar perceber um início de distinção entre "juizes justos e juizes pecadores". Todo segmento da sociedade é formado por "justos e pecadores". Seria utópico supor um Judiciário, que é formado por seres humanos, composto só pelos "justos".

LUIZ GUSTAVO GIUNTINI DE REZENDE, juiz  
(Franca, SP)

18 JAN 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Ex-deputado nega a tribunal do júri ter mandado matar colega

**DE MACEIÓ E DE SÃO PAULO** - O ex-deputado Talvane Albuquerque negou ontem em depoimento ao tribunal do júri a acusação de mandar matar a deputada Ceci Cunha (PSDB-AL), em dezembro de 1998, para ficar com o seu mandato na Câmara dos Deputados.

Talvane e outros quatro réus estão sendo julgados pelo crime desde anteontem em Maceió. Na chacina, morreram também o marido de Ceci e outro dois parentes.

Em seu depoimento, que até o início da noite de ontem não havia terminado, Talvane disse que foi atraído pelo pistoleiro Maurício Guedes para uma conversa, que foi gravada e depois usada para incriminá-lo.

Na gravação, feita pelo pistoleiro em outubro de 1998,

ambos tratam da morte do então deputado federal Augusto Farias. Augusto, irmão de Paulo Cesar Farias, também havia sido eleito para a Câmara.

Com sua morte, Talvane assumiria a vaga, pois era o primeiro suplente da coligação. De acordo com a Procuradoria, Talvane mudou de alvo e decidiu matar Ceci depois de Augusto descobrir a trama.

Talvane disse que só ele foi investigado pelo crime, sendo que havia outros interessados na morte, como o ex-governador Manuel Gomes de Barros.

Procurado, Barros disse que as declarações de Talvane decorrem do "desespero de quem está na iminência de uma condenação enorme".

O julgamento pode se estender até amanhã.

# FOLHA DE LONDRINA

## BRUNO SACANI SOBRINHO E BRUNO MONTENEGRO SACANI

### Imbróglio STF e CNJ: libelo à impunidade

# 18 JAN 2012

A relevância do Poder Judiciário como expressão da soberania do Estado Democrático de Direito parece ter sofrido forte abalo em seus alicerces, com a instauração de grave crise entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O conflito de implicações dramáticas foi deflagrado pela gravíssima denúncia da corregedora do CNJ, Eliana Calmon, de que o corporativismo das corregedorias judiciais, no âmbito dos tribunais de Justiça dos Estados, favorece os "bandidos de toga", e a acusação de "ser o Tribunal de Justiça de São Paulo o mais corporativista do País, e que só conseguiria investigá-lo no dia em que o sargento Garcia prender o Zorro".

As críticas e resistências à reforma do Poder Judiciário começaram logo após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45/2004, que criou o CNJ, como órgão externo de controle do judiciário, o que foi feito diante da leniência das corregedorias, cuja autoridade moral e eficiência funcional estavam corroidas pelo corporativismo.

À evidência, a Corregedoria do CNJ foi instituída com amplos poderes de investigação, e de forma independente, portanto, autônoma, e não apenas como simples poder correlacional subsidiário e complementar à atuação das corregedorias, fato que se depreende de sua função constitucional de controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e de "apreciar de ofício" a legalidade dos atos praticados pelos magistrados, na conformidade das disposições do artigo 103-B, § 4º da CF.

É importante esclarecer que as corregedorias dos tribunais de Justiça não têm competência para investigar desembargadores, seus poderes limitam-se a investigação de juízes de primeira instância, e o problema está nos tribunais.

A crise tomou proporções de maior gravidade quando os ministros do STF, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, atendendo pedido de associações de magistrados, concederam liminares que limitaram os poderes de investigação do CNJ e suspenderam as investigações em 22 tribunais

de Justiça.

Eliana Calmon, que passou de investigadora a investigada, afirmou e comprovou documentalmente que não houve quebra de sigilo de juízes; alegação esta que levou à suspensão das investigações do CNJ.

Com certeza, a mitigação dos poderes do CNJ não é a solução que a sociedade espera, pois corrigir distorções, desvios de comportamento e exigir moralidade é fazer cumprir os pressupostos básicos da alta função de um magistrado.

Eliana Calmon defende ainda a redução das férias dos juízes para 30 dias, pleito este que causou indignação da AJuFE, sob o argumento de que a função do magistrado é estressante, esquecendo que além dos 60 dias de férias, existe o recesso de 20 dias no final do ano, e que os feriados nacionais quase sempre são emendados para proporcionar um final de semana prolongado, bem como a concessão de licenças-prêmio.

Nesse caso, oportuno é lembrar a lição de Nelson Mota (O Estado de São Paulo, 30/12/011, A-7), quando afirmou: "Se os juízes ficam muito estressados e precisam de dois meses de férias para descansar a mente, de quantos meses deveriam ser as férias dos médicos? E das enfermeiras? E a quem cuidaria das doenças dos juízes?".

Indiscutíveis e indispensáveis as garantias constitucionais concedidas à magistratura, para que o juiz possa decidir com autonomia e independência. Entretanto, o que não pode ser considerado justo são os excessivos privilégios que extrapolam as garantias constitucionais e afrontam a lei e a moralidade pública, e que estão servindo de fundamento para reivindicação por parte de outras carreiras de estado, para alcançar garantias semelhantes.

Com a Suprema Corte está a palavra final sobre os destinos do CNJ, e, com certeza, a primazia do estado de direito, caso contrário estaremos diante do mais flagrante libelo à impunidade de maus juízes, que, felizmente, são a minoria.

**Corrigir distorções,  
desvios de  
comportamento  
e exigir moralidade  
é fazer cumprir os  
pressupostos básicos  
da alta função  
de um magistrado**

**BRUNO SACANI SOBRINHO e  
BRUNO MONTENEGRO SACANI**  
são advogados em Londrina

18 JAN 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Padre suspeito de abuso tem prisão domiciliar

### Promotoria pública promete recorrer da decisão para que o réu responda processo na penitenciária

**Londrina** - A juíza da 6ª Vara Criminal de Londrina, Zilda Romero, acatou pedido pela prisão domiciliar do padre Marco Túlio Simonini. O sacerdote é acusado de ter abusado de duas crianças no Thermas de Londrina (Zona Leste), crime ocorrido em novembro dentro da piscina do clube.

A promotoria pública promete recorrer da decisão para que o réu responda o processo na penitenciária. "As pessoas colocam que abuso só se torna crível quando há marca, mas vai muito além. Houve alteração das testemunhas sim, mas outras confirmaram o crime com riqueza de detalhes. A promotoria não tem dúvidas que houve o abuso", enfatizou a promotora Suzana Lacerda.

Alguns desses detalhes foram repassados à reportagem por testemunhas. Semana passada, duas delas confirmaram à imprensa que o sacerdote estava excitado ao deixar a piscina. As crianças estariam fazendo tratamento psicológicos.

Simonini era mantido na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) II. Um dos fatores que contribuiu para a prisão domiciliar é que o réu sofre de depressão e está diagnosticado com mononucleose infecciosa (vírus Epstein barr), também

conhecida como "Doença do beijo" e transmitida pela saliva. "Ele continua com o tratamento e tomando medicamentos. Também argumentei que houve alternâncias dos fatos que determinavam a prisão preventiva dele. A situação fática das testemunhas perdeu força", comentou o advogado de defesa, Walter Bittar.

A FOLHA apurou que um dos seguranças do clube, que teria flagrado o abuso na piscina, retirou a acusação contra o padre. "Sempre se tratou de uma questão de interpretação e precipitação das situações. Na minha opinião, este caso envolve preconceito", defendeu Bittar.

Ontem, quatro pessoas foram ouvidas no processo. No entanto, todas evitaram falar com a imprensa em virtude do caso correr sob sigilo judicial. O depoimento de uma testemunha será feito por carta precatória, em Caxias do Sul (RS). O interrogatório do sacerdote também ocorreu ontem.

Tanto a defesa como a acusação requereram diligências, o que pode adiar ainda mais a sentença. A expectativa é que o veredicto final seja anunciado em fevereiro.

#### Cerceamento

A imprensa foi impedida de mostrar o réu na audiência de instrução. Ontem, um recado foi deixado na porta da 6ª Vara Criminal de Londrina informando a restrição. "Determino a proibição de que o acusado seja filmado ou fotografado dentro da sala de audiência da 6ª Vara Criminal. A exposição de qualquer pessoa sem a devida autorização enseja dano passível de indenização", descrevia parte da carta assinada pela juíza Zilda Romero.

Durante a audiência, a imprensa teve que deixar as dependências da 6ª Vara quando o réu foi ao banheiro. Após a audiência, Simonini deixou o Fórum de Londrina pela saída de emergência.

18 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Paraná fica em sétimo no Exame da OAB

Dos 3,6 mil candidatos do Estado, 1,9 mil conseguiram aprovação; índice estadual de 26,52% superou o nacional

**Curitiba** - O Paraná foi o sétimo estado que mais aprovou candidatos no Exame Nacional da Ordem 2012. No total, 26,52% daqueles que prestaram a segunda fase prova conseguiram aprovação, ou seja, dos 3.641 que passaram de fase, 1.986 conseguiram passar pela avaliação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O número é superior à média nacional de 24,52% e ao resultado da última avaliação (15,34%), divulgada no final do ano passado.

Quem mais aprovou bacharéis em Direito foi a Bahia, com 30,64%. Em seguida aparecem Santa Catarina (29,09%), Rio Grande do Sul (28,78%), Rio de Janeiro (28,27%), Minas Gerais (27,63%) e Ceará (26,84%).

Entre as instituições do Estado, aquelas que tiveram o melhor desempenho foram a Universidade Federal do Paraná (UFPR) - dos 60 inscritos na 2ª fase, 48 passaram (71,6%); Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Diurno - de 108, 67 foram aprovados (54,9%), e Noturno - dos 18, 14 passaram (60,8%); e Universidade Estadual de Maringá (UEM) - dos 71 inscritos, 49 passaram (55,6%).

A UFPR foi a nona melhor,

segundo a OAB. Em primeiro lugar ficou a Universidade Federal do Espírito Santo (80,60%), seguida da Universidade Federal de Pernambuco (78,57%) e Universidade Federal de Minas Gerais (77,89%).

## Números absolutos

Essa porcentagem se baseia na quantidade de candidatos presentes na 2ª fase em relação ao total de aprovados. Se a avaliação fosse somente pela quantidade absoluta de inscritos aprovados, o desempenho seria diferente. Neste caso, o melhor desempenho foi do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba), com 244 candidatos que passaram entre 382 inscritos. Em seguida, apare-

## UFPR, UEL e UEM tiveram os melhores desempenhos

cem a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com 196 aprovados entre 301 inscritos, e Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), com 102 aprovados entre 173 candidatos.

Por outro lado, algumas instituições paranaense tiveram 0% de aprovação. Foi o caso da Faculdade Nacional de Ensino Superior do Paraná (Fanesp) - de 3 candidatos, nenhum conseguiu aprovação, da Faculdade do Litoral Paranaense (FLP), e de um dos

campus da Universidade Norte do Paraná (Unopar) que, de três candidatos da 2ª fase, nenhum conseguiu passar.

## Avaliação

Segundo o presidente da seção paranaense da OAB, José Lúcio Glomb, o resultado é positivo e superior ao registrado no ano anterior, ainda mais após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou constitucional a aplicação do exame em julgamento realizado no mês de outubro do ano passado. "Além da alteração na elaboração da prova, a decisão do STF provou a necessidade da avaliação. Com isso, acredito que os candidatos se preparam melhor", destacou. "Não se trata de um concurso, mas sim de uma comprovação daquilo que os bacharéis estudaram durante todo o curso na universidade. Por isso a sua importância", completou Glomb.

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME 18 JAN 2012

## Comissionados da Câmara de Ponta Grossa

O Ministério Público (MP) estadual e o Ministério Público do Trabalho (MPT), em Ponta Grossa, entraram ontem com uma ação civil pública para adequar o número de funcionários comissionados no Legislativo da cidade. Eles questionam a proporção entre os cargos em comissão e o número de servidores efetivos da Câmara de Ponta Grossa. São 75 cargos em comissão, contra 33 efetivos. O pedido é para que a Câmara promova as adaptações necessárias para que haja um número, no máximo, equivalente entre os cargos comissionados e efetivos.

■ Pedido semelhante já foi feito pelo MP de Londrina diretamente à Câmara local.

## CLÁUDIO HUMBERTO

### Em cima do muro

O Conselho Nacional de Justiça divulgou nota admitindo anular o contrato de R\$ 68,6 milhões "caso se comprove" o que já foi provado.

### Galeria de arte

A grande novidade do Tribunal de Justiça do Rio é o retrato a óleo do seu presidente Manoel Rebelo, de 2m de altura, atrás da mesa dele.

### PODER SEM PUDOR

### Aliança histórica

O então presidente nacional da OAB, Cezar Britto, e da OAB-Rio, Wadih Damous, deixavam o Supremo Tribunal Federal, onde se queixaram de "abusos" da Polícia Federal contra o direito de defesa de presos pela Operação Hurricane. À saída, aguardaram o secretário-geral adjunto da OAB, Alberto Toron. Wadih ironizou:

- Agradeça-me por não ficar à pé: eu pedi para esperar você.

- É a primeira vez que um árabe ajuda um judeu - respondeu Toron, entrando na brincadeira - Eu jamais esquecerei esse gesto...

O ESTADO DE S. PAULO

# Contrato polêmico do CNJ é suspenso

## por ministro 18 JAN 2012

Ayres Britto, à frente do STF, questionou processo de R\$ 1,5 milhão; suspeitas causam revolta no Conselho e podem tirar secretário-geral

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, suspendeu contrato de R\$ 1,488 milhão firmado no final de 2011 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Trata-se do terceiro contrato assinado pelo CNJ no apagar das luzes de 2011 alvo de polêmicas.

As suspeitas de irregularidades, reveladas pelo Estado, provocaram um motim no conselho contra o secretário-geral da Presidência, Fernando Florido Marcondes, responsável pelas licitações e homem de confiança do presidente do CNJ, Cezar Peluso. Conselheiros pedirão, na próxima semana, explicações sobre os contratos. Se considerarem as respostas insatisfatórias, alguns deles admitem pedir formalmente a destituição do secretário.

Ayres Britto decidiu suspender esse último contrato quando estava no exérefelo da presidência do STF e do CNJ, no dia 28 de dezembro. Mas a decisão ainda não foi publicada e permanece reservada. Só a empresa que questionou a legalidade da licitação, a B2BR, teve acesso à decisão.

A empresa foi a nona colocada no pregão eletrônico 35/2011, aberto para contratação de serviço de call center para usuários de computadores no CNJ. Apesar de ter dado um lance R\$ 289 mil mais barato que a décima colocada, a empresa foi desclassificada por problemas técnicos. Antes dela, todas as oito primeiras foram tiradas da disputa.

A 10.<sup>a</sup> colocada – Inova Tecnologia em Serviços Ltda – foi declarada a vencedora com um lance de R\$ 1,488 milhão. A B2BR contestou no STF o resultado e entrou com mandado de segurança contra a decisão do CNJ.

Na decisão, Britto disse que as irregularidades técnicas suscitadas pelo CNJ podiam ter sido resolvidas no momento do pregão. Não seriam suficientes, portanto, para desclassificá-la e para declarar vencedora a empresa cujo serviço custaria R\$ 289 mil a mais.

Ayres Britto remeteu o processo à primeira instância, pois o mandado de segurança contestava decisão da então diretora-geral do CNJ, Helena Azuma, que não tem foro privilegiado.

No final do ano passado, o Estado revelou que uma primeira licitação – de R\$ 86 milhões para a compra de uma rede de dados – foi contestada pela multinacional IBM. As suspeitas levaram integrantes do Conselho a iniciar uma auditoria do processo. Depois disso, o CNJ comprou – sem licitação – uma sala-cofre de R\$ 8,7 milhões destinada a guardar equipamentos comprados para gerir esse banco de dados.

Os dois casos levaram integrantes do Conselho a preparar duas resoluções que devem ser apresentadas nas primeiras sessões do CNJ. Uma delas dá poderes aos conselheiros de fiscalizarem os contratos firmados pela cúpula do CNJ. A outra proposta abriria caminho para que os conselheiros destituam o atual se-

cretário-geral da presidência caso não recebam explicações que considerem convincentes sobre os contratos. O texto ainda estabelece que a indicação do secretário-geral, que hoje é feita livremente pelo presidente do CNJ, seja analisado previamente pelos conselheiros.

O CNJ informou que o ministro Cezar Peluso pode rever a decisão de Ayres Britto. “Esta avaliação ainda está sendo feita. Portanto, só após a avaliação do ministro Peluso, o CNJ terá uma posição sobre o tema”, afirmou a assessoria de imprensa. Peluso e o secretário-geral do Conselho não se manifestarão sobre as resoluções que serão apresentadas por integrantes do CNJ.

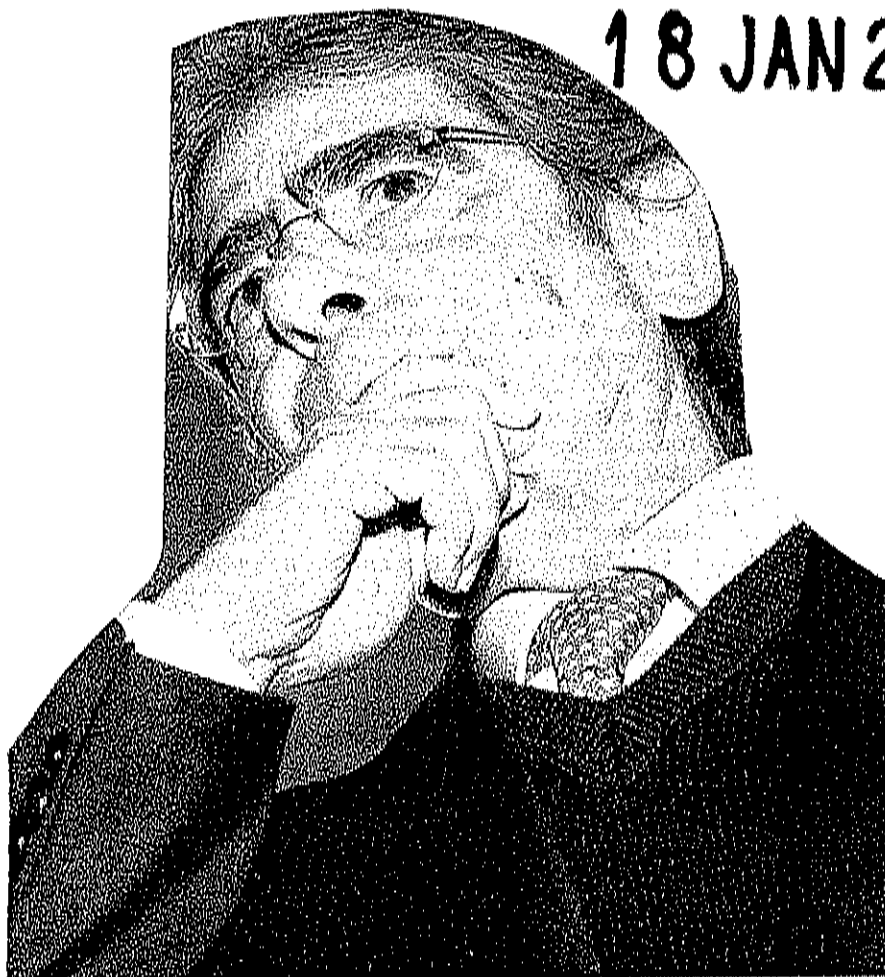
**CONTINUA**



# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

18 JAN 2012



**Disputa.** Decisão de Ayres Britto ocorre no momento em que conselheiros questionam contratos

### Alekmin descarta, por ora, repasse extra ao TJ-SP

● O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), se esquivou ontem de comentar as declarações do presidente do Tribunal de Justiça paulista, desembargador Ivan Sartori, de que iria procurar o tucano para pedir repasses extras para cobrir o passivo que a corte tem com magistrados e outros servidores.

Questionado sobre a possibilidade de repasses extras este ano, o tucano afirmou apenas que, ao menos por ora, isso não ocorrerá. "Suplementação no dia 17 de janeiro é meio difícil."

Sartori afirmou anteontem que

o montante chega a R\$ 3 bilhões. "Vou tentar buscar com o governador. Uma hora vamos ter que conversar. Quero buscar pelo menos uma parte para os juízes, mais para os funcionários em situação de penúria", disse.

Sobre as queixas do desembargador, o governador lembrou que o orçamento do TJ previsto para este ano é 18% maior do que o previsto para 2011, e afirmou apenas que manterá conversas com a corte.

"Tivemos na proposta orçamentária do ano passado R\$ 5,6 bilhões. Este ano, R\$ 6,8 bilhões. Um importante crescimento", disse. "O governo do Estado terá permanente diálogo com o Poder Judiciário. Nós temos o mesmo objetivo, que é o bem comum." /

18 JAN 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL

## TJ deve R\$ 3 bi a magistrados e servidores

1581

Desembargador Ivan Sartori pedirá a Alckmin que cubra débitos dos que estão em 'situação de penúria'

---

● "Reconhecer os débitos é um bom indicador para o começo de uma releitura dos problemas existentes no TJSP."

**HÉLIO NASCIMENTO DOS SANTOS**

---

● "Enquanto os servidores estaduais estão há anos sem receber precatórios, juízes e desembargadores recebem para luxuosas vedações de infiltração de chuvas. Entendemos o recado."

**ANTÔNIO GONÇALVES CANEIRO**

---

● "Para isso ter acontecido, não teve controle de contas."

**JOÃO CARLOS MENDES**

18 JAN 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça determina que órgão mostre redação para todos

Em sua decisão, juiz federal Luís Praxedes Vieira da Silva pede que o Inep seja intimado 'com urgência'

A Justiça Federal no Ceará determinou, na tarde de ontem, que o Ministério da Educação (MEC) conceda vistas das provas e dos espelhos de correção das redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de todos os candidatos que participaram do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A decisão é válida para todo o País.

O autor foi o juiz federal da 1.ª Vara do Ceará, Luís Praxedes Vieira da Silva. No texto, ele pede que o governo seja intimado com urgência para cumprir a decisão de assegurar a "disponibilidade das cópias das provas de redação e respectivos espelhos de correção de todos os candidatos que concorrem ao processo seletivo em questão".

Em sua decisão, o juiz afirma que os candidatos sofreram "cerceamento de defesa por não terem tido acesso aos documentos". Para o magistrado, isso configura "ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório".

Para o procurador da República no Ceará Oscar Costa Filho, autor da ação civil pública, a decisão foi tomada com base no direito à informação dos candidatos.

"Pela primeira vez, estamos abrindo essa caixa-preta e vamos ver qual o resultado disso. As denúncias sobre a falta de critério de correção são generalizadas", afirma.

Segundo Costa Filho, existe a possibilidade de que o Sisu seja reaberto. "As consequências disso são imprevisíveis."

O MEC afirma que vai recorrer da decisão e reitera que não tem condições técnicas de conceder vistas das provas de redação para todos os candidatos da edição 2011 do Enem.

**Histórico.** O MPF-CE havia pedido ao MEC que mostrasse a todos os estudantes que assim desejarem a correção da redação do Enem.

No dia 10, a Justiça Federal do Ceará havia dado cinco dias para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao MEC e responsável pelo Enem, se manifestasse.

Na segunda-feira, o prazo para o ministério se pronunciar foi encerrado. Por meio da Advocacia Geral da União (AGU), o governo federal apresentou a sua defesa, baseada em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em agosto do ano passado com o Ministério Público Federal e homologado pela Justiça Federal antes da realização do exame.

Nele, o Inep firma o compromisso de dar vista das provas a todos os inscritos no Enem apenas a partir deste ano.

A Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro também entrou com pedido semelhante na semana passada na Justiça Federal do Estado. A decisão do juiz pode sair a qualquer momento.

### SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

#### Justiça libera retomada de área invadida

A Justiça Federal cassou ontem liminar que barrava a execução do mandado de reintegração de posse da área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos, interior de São Paulo. O juiz federal Carlos Alberto Júnior considerou que a Justiça Federal não tem competência para julgar a ação, uma vez que a matéria envolve cumprimento de decisão estadual da 6.ª Vara Cível local. Afirma ainda que a União tem apenas interesse político na ação, que envolve questões do Ministério das Cidades.

# GAZETA DO POVO O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER 18 JAN 2012

## Cabeça de juiz

FOLHA DE LONDRINA

**I**magine o caro leitor, a prezada leitora qual seria a reação geral diante da notícia de que um alto servidor dos Poderes Executivo ou Legislativo recebeu R\$ 150 mil em adiantamento salarial para reformar o apartamento de cobertura danificado pelas chuvas?

Ou se os órgãos de fiscalização constatassem "movimentações atípicas" de mais de R\$ 855 milhões nas contas bancárias de parlamentares, ministros, servidores e familiares?

Escândalo, CPI, demissões, cassações (talvez), condenação pública, convocação de protestos via internet, diagnósticos de crise institucional, desmoralização, um bafafá.

Com direito a manifestações do Poder Judiciário na sua condição de guardião da lei e nos últimos tempos muito mais falante e atuante na oratória de combate aos desmandos.

Mas, como esses acontecimentos e muitos outros mais dizem respeito a distorções ocorridas na Justiça, associações de magistrados e excelências de respeitável reputação agem como se contassem entre outras com a prerrogativa inamovível de estar coletiva, definitiva e eternamente acima de qualquer suspeita.

Por mais suspeitas que possam parecer determinadas ocorrências. A partir da criação do Conselho Nacional de Justiça, a despeito da forte reação contrária, foram sendo revelados desvios de conduta em quantidade que chama atenção e inspira cuidados.

A atuação da corregedora Eliana Calmon em sua necessária estridência deu publicidade a fatos que a reação corporativista alega contribuir para levar a Justiça ao descrédito junto à população.

Neste aspecto, muito mais deletérios são os argumentos de que as investigações do CNJ configuram uma ameaça ao Estado de Direito. Vale para condutas individuais ou para o que se poderia chamar de farra (assim como se faz quando algo semelhante acontece nos outros Poderes) de pagamentos milionários a títulos diversos.

De mesma forma como estatísticos fazem qualquer coisa com números, juristas encontram nas leis justificativas para quaisquer ações e, com base nelas, falam de uma forma que, aos olhos dos comuns, soa como mera defensiva.

A vantagem da corregedora Eliana Calmon é exatamente abordar os problemas do ponto de vista do que é certo ou errado. Óbvio, observada a legalidade.

Imprescindível também não descuidar da preservação da legitimidade dos atos. O caso do juiz citado acima mais pelo que guarda de pitoresco é típico: receber adiantamento para reformar um imóvel pode ser aceitável na iniciativa privada, onde o dono do dinheiro negocia e é de alguma forma compensado. Mas, no setor público qualquer desembolso requer critérios rigorosos.

A começar pela transparência, sempre lembrada pelos magistrados em seus julgamentos, como um dos preceitos constitucionais exigidos à administração pública.

**Tempo pior.** O ex-deputado federal Talvane Albuquerque (AL) que está sendo julgado como mandante do assassinato de Ceci Cunha em 1998, de quem era suplente, foi cassado pela Câmara no ano seguinte.

Hoje, pela regra de que atos anteriores ao mandato não podem ser objeto de processos de cassação por quebra de decoro parlamentar, não seria importunado por seus pares e, se reeleito como tantos outros, talvez ainda fosse deputado.

Um exemplo, apenas um, mas muito representativo, de como pioraram os critérios de funcionamento do Parlamento. Mal avaliado pelo público, Congresso também tem uma péssima imagem de si na medida em que aceita a convivência com notórios malfetores.

**Tempo melhor.** Para o carioca que sempre estranhou certas coisas no panorama social do Rio, é um alento, ver a foto do banqueiro do jogo e outros bichos Anísio Abraão no jornal como presidiário, em vez de testemunhar a desfaçatez com que durante anos desfilou sob aplausos do sambódromo como patrono da escola de samba Beija-Flor ou vê-lo paparicado por autoridades e colonistas sociais.

Era um acinte, porém perfeitamente incorporado ao cenário.

**Além da legalidade, juízes têm o dever de preservar a legitimidade de seus atos**

18 JAN 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### O confronto de sempre

**O** descumprimento de decisões judiciais por parte de movimentos sociais – especialmente na execução de ações de reintegração de posse – tornou-se uma rotina nos anos eleitorais. Para acuar os governos estaduais e constranger a Polícia Militar (PM), invasores de propriedades privadas urbanas ou rurais recusam-se a sair pacificamente da área. Em vez disso, buscam o confronto com a polícia, para que possam ganhar espaço na mídia e apresentar-se como vítimas da “opressão das elites” e da violência dos governos locais.

Desta vez, o palco escolhido é uma gleba situada em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, e invadida em 2004. Além de a prefeitura da cidade estar sendo exercida pelo PSDB, a região é um tradicional reduto do governador Geraldo Alckmin, que começou a carreira como prefeito de Pindamonhangaba. Pertencente à massa falida da empresa Selecta, do Grupo Naji Nahas, a área ocupada se converteu numa comunidade controlada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que diz haver lá mais de 1,6 mil famílias.

Como nas outras invasões promovidas pelo País afora por movimentos sociais, os sem-teto de São José recorrem às mais variadas artimanhas processuais, interpondo recursos para adiar ao máximo a reintegração de posse. Com isso, ganham o tempo necessário para converter a ocupação

numa “comunidade”. E, numa tentativa de misturar direito com política, passam a fazer reivindicações difíceis de ser atendidas pelo Judiciário e pelo Executivo – como, por exemplo, a proposta de compra da gleba pelo poder público ou sua desapropriação.

No final do ano passado, a juíza Márcia Faria Loureiro, da 6.ª Vara Cível, determinou a reintegração de posse da gleba conhecida como Pinheirinho – aos seus proprietários. E, na semana passada, depois que a magistrada rejeitou o pedido de adlamento da desocupação formulado pelos advogados do

---

#### **A tática para produzir vítimas é conhecida: desobedecer à Justiça e provocar a PM**

---

MTST, os líderes da comunidade anunciaram que iriam resistir à PM e promoveram uma manifestação na qual exibiram capacetes, escudos e armas improvisadas, como porretes com pregos – além de máscaras, para não serem identificados, o que permitiria que fossem acionados criminalmente.

Garantida a foto na mídia, os líderes dos invasores – apoiados por micropartidos da esquerda radical – passaram a acusar a Justiça de criar “clima de pânico” e o governador Alckmin de planejar um “banho de sangue” contra favelados. “Valer como Eldorado dos Carajás. As pessoas estão estocando gasolina em casa”, diz o advogado Donizete Ferreira, do MTST. “É a crônica de uma tra-

gédia anunciada, cujo resultado será contado em número de mortos. Mais uma vez estamos prestes a assistir ao braço armado do Estado chacinhar trabalhadores e pobres para defender interesses dos ricos e dos poderosos”, afirma a direção do PSTU.

O que a nota do PSTU não diz é que o governador do Estado está submetido ao império da lei e não pode descumprir o que a Justiça determina – principalmente quando se trata de preservação da ordem pública, proteção do direito de propriedade e execução de sentenças judiciais. Consciente das provocações de grupos extremistas, que precisam de cadáveres para ganhar espaço político, a PM está tomando cuidado para que a desocupação da área do Pinheirinho não fuja ao controle. Além de cortar a energia elétrica, a corporação distribuiu panfletos, pedindo às famílias que deixassem o local. Mas, em resposta, pessoas ligadas ao comando da invasão atearam fogo num ônibus.

Para evitar o confronto, na madrugada de terça-feira a Justiça Federal suspendeu a reintegração de posse. Evidentemente, a suspensão não é por tempo indefinido, sob o risco de desmoralizar as instituições de direito. Além disso, os governos estadual e federal não têm condição de fazer o que o MTST reivindica, passando por cima de prazos e procedimentos legais para regularizar o que é uma afronta ao direito de propriedade. Enquanto durar o impasse, o MTST e o PSTU terão na mídia um espaço desproporcional à sua efetiva representatividade política.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

IRREGULARIDADES

18 JAN 2012

## Documento do Coaf não é quebra de sigilo

Presidente do TJ-SP teve acesso a relatório sobre Poder Judiciário



Ministra Eliana Calmon recebe presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Des. Ivan Sartori

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, disse, na segunda-feira (16), após reunião com a ministra Eliana Calmon, corregedora Nacional de Justiça, que teve acesso ao relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), sobre movimentações financeiras atípicas no Poder Judiciário, e que não houve quebra de sigilo bancário. Segundo ele, o relatório não contém nomes. "Por ali não teve quebra de sigilo", afirmou. "Não sei se há outros documentos, então não posso afirmar", ponderou.

Ivan Sartori defendeu um trabalho de cooperação entre tribunais e Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Se o tribunal não oferece colaboração, obviamente o CNJ deve agir por si só, de forma concorrente", explicou. Para ele, a atuação do CNJ deve ser subsidiária, ou seja, o conselho só deve agir em caso de omissão ou a pedido da corregedoria local.

O desembargador lembrou que o TJSP já instaurou procedimen-

tos para apurar o recebimento de valores atípicos pelos magistrados, apontado no relatório do Coaf. "O que eu quero é que fique tudo muito claro para que saibamos o que está acontecendo. Eu acho que por ora não temos nada contra o tribunal de justiça de São Paulo. Entretanto vamos verificar, vamos abrir."

Ivan Sartori informou que o Tribunal de Justiça está aberto para as apurações: "É um tribunal que se transformou em um tribunal transparente, e nós estamos dispostos a fornecer quaisquer informações".

A ministra Eliana Calmon reuniu-se também com o presidente e o corregedor do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, desembargadores Orlando Eduardo Geraldí e Paulo Adibe Cassebi, respectivamente. "Estivemos aqui para reforçar o aspecto de total transparência do tribunal", afirmou Geraldí. "Vamos reiterar que a nova gestão do tribunal segue a mesma linha (de transparência) e está à disposição da Corregedoria", acrescentou Cassebi.

18 JAN 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STF suspende reajuste de servidores do Judiciário no RJ

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, suspendeu os efeitos de uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), na qual foi determinada a concessão integral e imediata de reajuste a cerca de 1,3 mil servidores do Judiciário local. Com a decisão, fica mantido o cronograma de pagamentos estabelecidos na decisão administrativa que concedeu o reajuste. O ministro deferiu pedido solicitado na Suspensão de Tutela Antecipada (STA) 624, pelo governo do Rio de Janeiro.

O presidente do STF verificou que, no caso, existe evidente risco de grave lesão à economia pública, "porquanto a decisão impugnada antecipara para um único paga-

mento o que a Fazenda Pública despenderia nos anos de 2012, 2013 e 2014, sempre nos meses de janeiro". O ministro Cezar Peluso observou que, conforme a decisão questionada, apenas cerca de mil servidores obtiveram o reajuste na integralidade, assim, para ele, "fica claro que a manutenção do decisório implica estímulo ao ajuizamento de idênticas demandas pelo restante da categoria, com caracterização do chamado 'efeito multiplicador'".

Segundo o ministro, a Corte tem entendido, com base nas diretrizes normativas que disciplinam as medidas de contracautela, "não ser vedado ao presidente do Supremo Tribunal Federal proferir um juízo mínimo de deliberação a respeito das questões jurídicas presentes na ação

principal, caracterizado pela probabilidade de a decisão contra a qual se pede a suspensão ser contrária às normas existentes na ordem jurídica". Nesse sentido, Peluso citou dois precedentes, Suspensão de Segurança (SS) 846 e 1272.

Na hipótese, o presidente do STF entendeu que o fundamento do acórdão contestado não está de acordo com a jurisprudência da Corte, a qual não permite a invocação do princípio constitucional da isonomia para equiparação remuneratória de servidores públicos, conforme o enunciado da Súmula 339. Conforme este verbete, "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia".

## Lei sobre Representação Interventiva no STF está em vigor

Já está em vigor a Lei nº 12.562/2011, que regulamenta o inciso III do artigo 36 da Constituição Federal para dispor sobre o processo e julgamento de pedidos de intervenção (ou representação interventiva) perante o Supremo Tribunal Federal (STF). A norma foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 23 de dezembro passado.

A lei prevê que a representação interventiva será proposta pelo procurador-geral da República em caso de violação aos princípios listados no inciso VII do artigo 34 da Constituição – como a forma republicana, o sistema representativo e a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos

estaduais em educação e saúde, entre outros – e ainda em caso de recusa, por parte dos estados, à execução de lei federal.

### O pedido

Na petição inicial, o procurador-geral da República deverá indicar o princípio constitucional que considera violado ou dos dispositivos da lei federal cuja aplicação estiver sendo recusada, bem como a forma pela qual tal violação ou recusa estiver ocorrendo, além de provas. O ministro relator da representação interventiva poderá indeferir a liminarmente na falta de algum dos requisitos previstos na lei ou se o pedido for inepto. Desta decisão, caberá agravo, que

deverá ser interposto no prazo de cinco dias.

Mas somente por decisão da maioria absoluta do STF (oito ministros), o pedido liminar da representação interventiva será deferido. A liminar poderá consistir na determinação de que se suspenda o andamento o de processo ou efeitos de decisões judiciais ou administrativas. Apreciado o pedido liminar, o relator solicitará informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, que terão 10 dias para prestá-las. Quando não houver pedido liminar, as mesmas informações serão solicitadas pelo relator logo após receber a petição inicial.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Justiça interdita marmoraria em Curitiba

18 JAN 2012

A Justiça do Trabalho do Paraná interditou uma marmoraria de Curitiba e Região Metropolitana por não atender ao mínimo exigido em relação à segurança do trabalho, especialmente no que se refere ao excesso de poeira no ambiente devido à utilização de máquinas a seco no processo de beneficiamento de pedras ornamentais, além da falta de equipamentos de proteção individual. O pó gerado pelo corte a seco pode provocar nos operários a silicose - doença grave causada pelo acúmulo de sílica nos pulmões, dificultando a respiração.

Foram interditadas a fábrica e a loja da empresa Obra & Arte Mármore e Granitos, que ficam em Campo Magro e em Curitiba, respectivamente. A Ação Civil Pública foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho.

Conforme a liminar expedida pelo juiz Bráulio Gabriel Gusmão, da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, "o relatório de inspeção da Superintendência Regional do Trabalho e

Emprego dá conta da ausência de providências no sentido de promover um ambiente de trabalho seguro e saudável para os empregados". Ele relata, ainda, que a "situação não é recente e permanece sem alteração relevante há dois anos".

A utilização pelas marmorarias de máquinas a seco no processo de beneficiamento de pedras ornamentais tem sido motivo frequente de ações na Justiça do Trabalho. Uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria 43 de 2008) exige que os processos de corte e acabamento sejam feitos a úmido, para reduzir o risco de silicose, que ocorre quando os pulmões absorvem a sílica, mineral encontrado no mármore, granito e outras pedras ornamentais e que fica dispersa no ar durante o corte e o lixamento das peças. O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem atuado junto às marmorarias para que sejam adotadas medidas de regularização do ambiente de trabalho para eliminar o risco de silicose.

## TST admite supressão de plano para trabalhador afastado

A 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, que acordo coletivo pode prever a suspensão de plano de saúde quando o funcionário está afastado do serviço recebendo auxílio-doença. O ministro Elzo Ono, relator do recurso, reconheceu a negociação feita entre a Companhia São Geraldo de Viação e o sindicato da categoria e afastou as condenações impostas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia).

A sentença de origem foi reformada pelo TRT, que determinou restabelecimento do plano de saúde ao trabalhador e uma indenização por danos morais no valor de R\$ 16 mil. De acordo com o TRT, a norma coletiva era inválida, pois o plano de saúde

é obrigação que persiste mesmo com o afastamento do empregado e o recebimento do auxílio-doença. Para o TRT, o plano de saúde integra o contrato de trabalho e não pode ser eliminado pelo empregador, principalmente no momento em que o trabalhador está doente e mais necessita de assistência médica.

A empresa alegou ao TST que as condições estipuladas no plano de saúde não aderem definitivamente aos contratos dos empregados, como ocorre com as vantagens previstas no regulamento empresarial. Além do mais, o estabelecimento do plano de saúde e pagamento de indenização impostas pelo TRT haviam considerado, equivocadamente, supressão do benefício ilícita.



18 JAN 2012

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## MURÁ

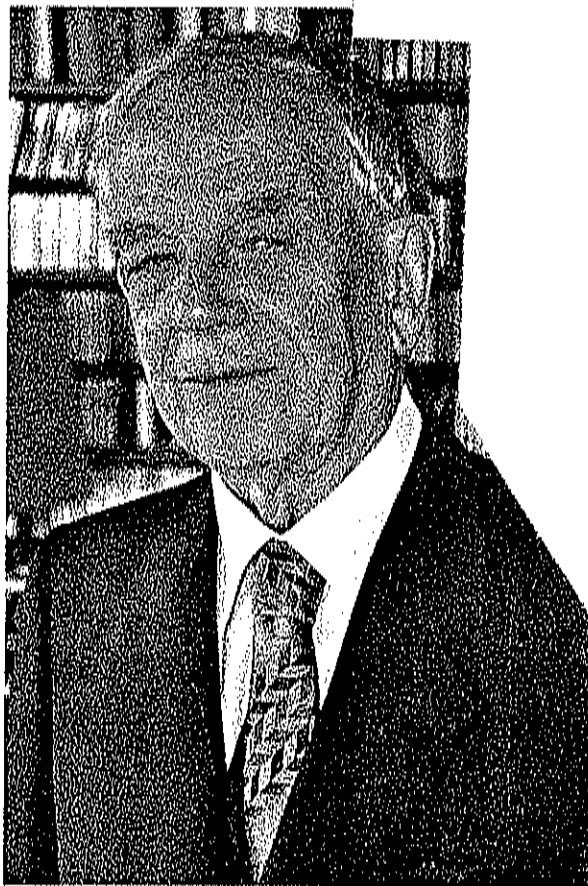
### 60 ANOS DO ADVOGADO VIRMOND: UMA BIOGRAFIA SEM FIM...

Pelos 50 anos de sua vida como advogado, René Dotti fez um grande jantar comemorativo, ano passado.

Neste ano, quem completa 60 anos de advogado militante é Eduardo Rocha Virmond, tão sólido e respeitado nos meios jurídicos do Estado quanto Dotti.

Um notório gerador de relações humanas duráveis e multifacetadas, Virmond teve papel importantíssimo na construção sobretudo da Curitiba moderna, inaugurada com o advento da era Jaime Lerner, início dos anos 1970.

Virmond esteve ao lado de Lerner a garantir respaldo e apoio jurídico para as "grandes loucuras" de JL, como eram vistas naqueles dias, as mudanças urbanas promovidas pelas intervenções na estrutura da cidade de Curitiba. Muitas dessas intervenções – como o fechamento de ruas para uso exclusivo de pedestres – tiveram a garantir-lhe a lógica jurídica levantada e sustentada por Virmond.



Eduardo Rocha Virmond:  
como fazer-lhe justiça?

**CONTINUA**

# 18 JAN 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### CONTINUAÇÃO

#### VIRMOND, 60 ANOS – 2

São muitas as áreas da vida curitibana em que Eduardo Rocha Virmond deixou suas marcas impressionantemente fortes. Em artes plásticas, por exemplo, lá estava ele, com Ennio Marques Ferreira, no início dos anos 1960, vencendo barreiras enormes para realizar, na Biblioteca Pública do Paraná (então nosso mais importante endereço cultural físico) a exposição de obras internacionais. Obras de as insuperáveis, como Síqueros, Orozco, Tamayo, Van Gogh venceram todas as barreiras graças ao espírito de luta da dupla; nas artes ainda – música e artes plásticas particularmente – vamos encontrar Virmond ditando cátedra, nas páginas do jornal que então importava no Paraná, no final dos 1950 e início dos 60, o Diário do Paraná.

#### VIRMOND, 60 ANOS – 3

Presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil-Paraná, e também o Instituto dos Advogados do Paraná, com forte presença na sociedade, especialmente nos anos em que, sob a ditadura militar, era chamado a constantes intervenções em favor da sociedade civil.

Lembro-me que, nos anos 1970, o então Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, compôs uma das primeiras comissões de direitos humanos de que me lembro. E para compô-la, ao lado de nomes paradigmáticos da sociedade (como o professor Newton Freire-Maia) lá estava Eduardo Virmond.

Virmond merece uma biografia, por ser advogado de grandes causas e que é notório pelo saber jurídico. Merece um amplo apanhado a vida rica do atual presidente da Academia Paranaense de Letras, que foi sempre, por exemplo, um dos mais constantes companheiros de outro nome-símbolo da inteligência brasileira, o crítico Wilson Martins.

Enfim, Virmond tem uma biografia inesgotável. Não será o mero registro dessa coluna que fará justiça ao senhor advogado do Paraná.

#### A BIBLIOTECA DE NORTON

A propósito de Virmond: ele comemora nos últimos dias um feito importante para a Academia Paranaense de Letras: a instalação completa da biblioteca de Norton Macedo, cedida à APL. Fica na sede da Academia, agora instalada no Edifício do SESC da Esquina. A próxima etapa será a contratação de bibliotecária para cuidar do acervo.

# JORNAL DO ESTADO

## MÁFIA DOS COMBUSTÍVEIS

### 18 JAN 2012

# Justiça acata habeas corpus e MANDA SOLTAR SALAZAR

### Relatório do Ipem aponta violação de lacre em 12 dos 44 postos com contrato com a Power Bombas

No final da tarde de ontem, a Justiça acatou o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa do empresário Cleber Salazar, dono da empresa Power Bombas Manutenção e Instalação Ltda, preso temporariamente sob a suspeita de gerenciar um esquema de fraude em postos de combustíveis de Curitiba e Região Metropolitana. A prisão temporária de Salazar, que já havia sido estendida, venceria hoje.

Ontem, o Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (Ipem-PR) apresentou o relatório da fiscalização realizada nos 44 postos de combustíveis com os quais a Power Bombas mantém contratos de manutenção. Em 12 postos de combustíveis de Curitiba e região foram encontrados lacres violados nas placas medidoras de vazão das bombas de combustível.

Além das irregularidades apontadas, foram ainda apreendidas duas placas de bombas para serem analisadas. No entanto, o Ipem não divulgou o nome dos postos onde os lacres violados foram encontrados. As informações do Ipem foram encaminhadas ao Ministério Público do Paraná.

No golpe, o consumidor receberia menos combustível que o informado na bomba, o que representaria um prejuízo financeiro. Nas análises preliminares foram encontradas diferenças de até 1,4 litros a menos em um total de 20 litros aferidos pela bomba que tinha o medidor de vazão adulterado.

O alvará de funcionamento da Power Bombas venceu na última sexta-feira (13) e não foi renovado pela prefeitura de Curitiba.

Apesar de ter sido solto, o Ministério Público do Paraná e a Delegacia do Consumidor (Delcon) devem pedir a prisão preventiva de Salazar a qualquer momento.

O primeiro dono de posto interrogado pela Delegacia do Consumidor (Delcon) de Curitiba na segunda-feira, Angelo Albuquerque Gobbo, negou ter qualquer envolvimento com a fraude de combustível. No entanto, de acordo com o delegado titular da Delegacia de Crimes contra o Consumidor (Delcon), Jairo Estorílio, o propri-

etário dos postos Arrancadão e Jockey, disse que pagava a Cleber Salazar entre R\$ 300 e R\$ 400 por mês pela manutenção nas bombas. Nos postos de Gobbo foram encontrados lacres violados nas bombas de combustível, segundo o delegado.

# JORNAL DO ESTADO

## SEGURANÇA NO TRABALHO 18 JAN 2012

### Justiça interdita marmoraria

A Justiça do Trabalho do Paraná interditou a loja e a fábrica da empresa Obra & Arte Mármore e Granitos, com sedes em Curitiba e Campo Magro, na Região Metropolitana de Curitiba, por não oferecer segurança aos trabalhadores no processo de beneficiamento das pedras. As duas unidades foram lacradas, mas ontem a reportagem encontrou a loja, que fica em Santa Felicidade, funcionando normalmente. Por desrespeito a determinação judicial a empresa será multada em até R\$ 1000 por empregado por ter retido o lacre da loja, que será objeto de nova diligência da Justiça para lacrar novamente o estabelecimento.

De acordo com as informações da Justiça do Trabalho, a empresa não atendia ao mínimo exigido em relação à segurança do trabalho, especialmente no que se refere ao excesso de poeira no ambiente devido à utilização de máquinas a seco no processo de beneficiamento de pedras ornamentais, além da falta de equipamentos de proteção individual. O pó gerado pelo corte a seco pode provocar nos operários a silicose — doença grave causada pelo acúmulo de sílica nos pulmões, dificultando a respiração.

Foram interditadas a fábrica e a loja da empresa Obra & Arte Mármore e Granitos, que ficam em Campo Magro e em Curitiba, respectivamente. A Ação Civil Pública foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho.

Conforme a liminar expedida pelo juiz Bráulio Gabriel Gusmão, da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, "o relatório de inspeção da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego dá conta da ausência de providências no sentido de promover um ambiente de trabalho seguro e saudável para os empregados". Ele relata, ainda, que a "situação não é recente e permanece sem alteração relevante há dois anos".

A utilização pelas marmorarias de máquinas a seco no processo de beneficiamento de pedras ornamentais tem sido motivo frequente de ações na Justiça do Trabalho. Uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria 43 de 2008) exige que os processos de corte e acabamento sejam feitos a úmido, para reduzir o risco de silicose, que ocorre quando os pulmões absorvem a sílica, mineral encontrado no mármore, granito e outras pedras ornamentais e que fica dispersa no ar durante o corte e o lixamento das peças. O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem atuado junto às marmorarias para que sejam adotadas medidas de regularização do ambiente de trabalho para eliminar o risco de silicose.

A reportagem tentou conversar com a empresa, mas foi informada que não iria se pronunciar sobre o assunto.

# JORNAL DO ESTADO

RECADASTRAMENTO

18 JAN 2012

## Vagas para agendar atendimento acabam

Não há mais vagas para recadastramento biométrico na Central de Atendimento do TRE de Curitiba. Segundo o tribunal, todas as dez mil vagas diárias disponíveis até sexta-feira, quando termina o prazo para recadastramento, se esgotaram ontem. Com isso, os eleitores que ainda não se recadastraram e ainda o quiserem fazer terão que enfrentar filas de até 1h30. Para quem agendou, a espera é de apenas 15 a 20 minutos.

Até ontem, foram recadastrados 1.081.279 eleitores, faltando apenas sete mil para atingir os 80% mínimo para a implantação do voto biométrico com identificação por impressões digitais. Somente na segunda-feira, 9.826 eleitores foram atendidos. No domingo, quase 12 mil eleitores passaram pelo local, número

recorde.

O recadastramento é obrigatório. Quem não o fizer, terá o título de eleitor cancelado. A previsão é de que cerca de 200 mil eleitores de Curitiba percam o documento, já que não haverá tempo hábil para recadastrar 100% do eleitorado até sexta-feira. Nesse caso, os eleitores terão uma segunda chance, desde que regularizem a sua situação até o próximo dia 7 de maio, pagando uma multa de R\$ 3,51.

Para fazer o recadastramento é preciso um documento oficial com foto, filiação; comprovante de endereço (no próprio ou de familiar de mesmo sobrenome) e o título de eleitor. A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba fica na rua João Parolin, 55, bairro do Prado Velho, e funciona das 8 horas às 18h30.

## Comissionados

O Ministério Público Estadual e o Ministério Público do Trabalho, em Ponta Grossa, propuseram ontem ação civil pública, com pedido de tutela antecipada, cobrando a redução do número de funcionários comissionados na Câmara Municipal da cidade. Os promotores questionam a proporção entre os cargos em comissão e o número de servidores efetivos da Casa. Os inquéritos constataram a existência de 75 cargos em comissão e de apenas 33 efetivos. O pedido é para que a Câmara Municipal promova as adaptações necessárias para que haja um número, no máximo, equivalente entre os cargos comissionados e efetivos. Caso a Justiça acate o pedido do MP e o Legislativo não faça as adequações necessárias, foi pedida a imposição de multa diária no valor de R\$ 3 mil, por cargo em comissão que exceder o número de cargos efetivos.

DRAMAS FAMILIARES

18 JAN 2012

# Vítimas do descaso

Cadastro com nomes de crianças que sumiram de casa não é atualizado há quase dez anos. Já a lista de adultos ficou na

promessa

Vanessa Prateano

O Estado não compartilha a dor das famílias de desaparecidos no Brasil. Ao menos essa é a impressão que as autoridades passam ao não tratar com seriedade um tema que afeta milhares de lares brasileiros todos os anos. Cerca de 200 mil crianças, adolescentes e adultos somem anualmente — na maioria dos casos sem deixar vestígios —, segundo o relatório final da CPI dos Desaparecidos, aberta no Congresso em 2009.

Uma ferramenta criada para dar agilidade às investigações sobre desaparecimentos é o retrato do descaso do Estado. O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, lançado pelo Ministério da Justiça na internet em 2002, jamais recebeu atualização. A listagem tem apenas 1.203 casos registrados desde que a contagem passou a ser feita, em 2000. Destes, 559 foram solucionados e 644 ainda estão em aberto. A estimativa da CPI é que 40% do total de desaparecidos por ano, ou seja, 80 mil são menores de idade.

Outra lista — o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que deveria reunir casos de indivíduos com mais de 18 anos — foi lançada no dia 26 de fevereiro de 2010, mas, quase dois anos depois, nem sequer entrou no ar. Isso em um país onde as estatísticas revelam que espantosos 20% dos desaparecidos jamais retornam para casa — vivos ou mortos —, para a angústia da família, que convive com uma dúvida eterna.

“Os cadastros são um primeiro passo, pois permitem que se trace um perfil dos desaparecidos, como idade, sexo e classe social. A partir disso é possível não apenas aprimorar a busca, mas também trabalhar na prevenção. No entanto, não basta criar o cadastro, é preciso mantê-lo atualizado, levar essa política a sério, saber que atrás desses números há vidas”, afirma a vice-presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, Mayta Lobo dos Santos.

Sem um sistema confiável, muitas vezes, quando uma criança não identificada aparece em um abrigo ou na rua, a delegacia e o Conselho Tutelar local nem sequer imaginam que ela pode estar sendo procurada em outro município ou estado. Também não é possível ter imagens atualizadas de envelhecimento facial digital ou um banco de DNA, promessas antigas de vários governos.

## Revolta

“O que mais revolta é saber que o país tem um cadastro nacional atualizado e eficiente de veículos roubados, mas não há nada em relação às pessoas que desaparecem, ao ser humano”, diz a ativista Ivanise Esperidião da Silva, fundadora da Associação Mães da Sé, que acolhe e auxilia parentes de desaparecidos em São Paulo desde 1996. Ivanise, que não tem notícias da filha Fabiana há 16 anos, conta que articulou a criação do cadastro de adultos junto ao governo e chegou a ver um esboço dele, mas até hoje espera o lançamento.

O Ministério da Justiça alega que o cadastro de crianças não é atualizado porque as delegacias responsáveis pelos casos nos estados não repassam as informações e que o de pessoas adultas está em fase de aprimoramento antes de ser aberto para consulta pública. Argumentos que não convencem Ivanise, que em 15 anos à frente da entidade registrou em São Paulo mais casos de desaparecimento do que o governo em todo o país — 7 mil contra os 1,2 mil oficiais. “Não é falta de dinheiro ou de gestão, é falta de vontade, de se colocar no lugar do outro. Eles não sentem a dor que nós sentimos”, sentencia.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 JAN 2012

## Faltam delegacias especializadas e mais psicólogos

No que diz respeito à investigação de crianças desaparecidas, o Paraná é citado como exemplo por entidades e profissionais ligados à área. Desde 1995, o estado conta com o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride), única delegacia especializada em todo o país.

No entanto, a situação não é tão confortável quanto aparenta. No estado, casos de crianças desaparecidas no interior não são tratados com a mesma agilidade e eficiência como os da capital, onde fica o Sicride. Mesmo que a delegacia tenha sido criada para atender a todo o estado, na prática, há uma série de dificuldades por causa da falta de recursos humanos e pela distância geográfica.

"A estrutura não pode ficar centralizada na capital", opina o promotor de justiça Murillo José Digliácomo, que defende a criação de mais unidades como o Sicride

e de setores especializados dentro das delegacias.

O caso do assassinato de Joseane Moraes, de 9 anos, em Cambé (Norte do Paraná), no ano passado, é um exemplo do despreparo da polícia para lidar com esse tipo de situação. Os pais da menina levaram três dias para registrar o boletim de ocorrência e, de acordo com a família, as buscas não começaram imediatamente, embora a Lei 11.259/2005 determine investigação imediata. O caso acabou solucionado, mas a menina foi morta. Outras unidades especializadas, segundo o promotor, poderiam inclusive ajudar no trabalho de prevenção, por meio de palestras, divulgação de cartazes e atendimento prioritário.

### Psicólogos

Digliácomo também cita a falta de psicólogos para atender pais de desaparecidos como outro

problema estrutural. Esses profissionais são necessários por vários motivos: aliviar o sofrimento enquanto duram as buscas; confortar quando a família descobre que a criança está morta; atender a própria criança em casos de abuso; e promover a retomada dos laços afetivos quando ela fugiu de casa devidos a maus-tratos, inclusive para evitar a reincidência.

O Sicride conta com apenas um psicólogo, que atende às famílias durante as buscas, mas não há acompanhamento após a solução dos casos. Porém, o profissional não tem condições de se deslocar para o interior do estado e nem sempre é ele a pessoa que ouve a criança no depoimento — no caso do crime de Cambé, coube aos investigadores a tarefa de ouvir as crianças da vizinhança, o que não é aconselhável, segundo especialistas.

**200 mil**  
**pessoas**

desaparecem todos os anos no Brasil, segundo apontou o relatório final da CPI dos Desaparecidos, aberta no Congresso, em 2009.

**1.203**  
**casos**

de desaparecimentos de crianças e adolescentes constam no cadastro do Ministério da Justiça na Internet. Lista não é atualizada desde 2002.

CONTINUA

# 18 JAN 2012

O que fazer quando alguém desaparece:

- ▶ Sempre registre o boletim de ocorrência. Somente com ele é possível iniciar as investigações sobre o paradeiro da pessoa. Não é necessário ir a uma delegacia especializada. Caso haja uma unidade apenas para este fim na sua cidade, o boletim será encaminhado até este local.
- ▶ No caso de crianças e adolescentes, não é necessário esperar até 24 horas após o desaparecimento para o início das buscas. A Lei 11.259/2005, chamada de Lei da Busca Imediata, determina o início das investigações logo após o registro do B.O.
- ▶ Ofereça à polícia detalhes precisos a respeito do desaparecido, como a aparência física, a roupa com a qual ele estava vestido e outras características – se tem piercing, tatuagem, cicatrizes, etc. Também informe sobre os hábitos diários da pessoa – onde costuma ir, onde trabalha e os horários de saída e volta para casa.
- ▶ Com a popularização das mídias sociais, é possível fazer a divulgação do caso também na Internet. Sempre divulgue a foto da pessoa e um número para contato, mas peça orientação da polícia.
- ▶ Caso exista, na sua cidade, uma organização engajada em descobrir o paradeiro de pessoas desaparecidas – como o Mães da Sé, em São Paulo –, faça contato. Tais grupos, pela experiência no assunto e pela rede de contatos que formam, são uma ajuda valiosa.
- ▶ Se conseguir alguma pista, repasse à polícia. Mas cuidado! Muitas vezes, as informações podem ser trote ou conter armadilhas.
- ▶ Se você reconhecer uma pessoa ao olhar o retrato dela, pode fazer a denúncia através do Disque 100, mantido pelo governo federal, e que garante anonimato do denunciante. Também é possível entrar em contato com a delegacia ou o conselho tutelar mais próximo.
- ▶ Não tente agir antes da chegada da polícia, mas guarde detalhes a respeito de onde o desaparecido foi visto, quais as características da pessoa com quem ele estava e avise imediatamente as autoridades competentes.

Fontes: Ministério da Justiça, Rede Nacional de Pessoas Desaparecidas, Mães da Sé e Sicrida.

## Angústia contada em segundos

Todos os anos, quando chega o mês de dezembro, a alagoana Ivanise Espiridão da Silva começa uma contagem regressiva. O ritual não é de ansiedade pelas festas de Natal ou pela possibilidade de rever parentes nas férias. É de tortura, pela proximidade com o dia 23 de dezembro, data em que sua filha mais velha, Fabiana, desapareceu em uma rua de São Paulo, após ir à casa de uma amiga, em 1995. Desde então, Ivanise nunca teve uma única informação sobre o paradeiro da menina, com 13 anos na época.

"No último dia 23, me sentei e peguei uma calculadora. Eu contei dia por dia, hora por hora, segundo por segundo, quanto tempo tinha se passado desde que a minha filha desapareceu. A dor era tanta que eu achei que iria morrer ou ficar louca", diz Ivanise, num choro entrecortado por soluços que deixa a reportagem, do outro lado da linha, sem palavras. Voz, no entanto, é o que não lhe falta.

Depois de quatro meses de depressão, choro e raiva, Ivanise criou a Mães da Sé, que se reúne todo segundo domingo do mês nas esca-

darias da Catedral da Sé, no centro de São Paulo, para pedir providências da sociedade sobre seus desaparecidos. Em 16 anos, o cadastro da entidade registra mais casos do que o oficial, com 2.567 casos resolvidos e 209 óbitos.

"Esta é a minha vida. Depois do sumiço dela, eu me separei, entrei em depressão, tive dois enfartes. Mas se eu desistir, quem vai lutar pela minha filha e pelos filhos de outras pessoas?", questiona Ivanise, que no dia anterior à entrevista tinha passado toda a noite na Cracolândia, em busca de pistas de uma criança desaparecida que poderia estar por lá. A dedicação é tanta que seus médicos a obrigaram a tirar férias, sob o risco de ela sofrer um novo colapso.

Para Ivanise, a atitude dos governos em relação aos desaparecidos – ausência de estatísticas, de comunicação, de campanhas de prevenção – é de causar revolta. "Vejo isso como um descaso com a minha dor e de várias mães espalhadas pelo Brasil. Não desejo isso para ninguém, mas só passando por isso para saber o quanto dói essa indiferença."

CONTINUA



#### ESPERA SEM FIM

# Condenada à dor da dúvida

Todos os dias, quando se levanta, uma mãe faz inconscientemente sempre a mesma pergunta: onde está Davi? O filho desapareceu há dois meses

Vanessa Prateano

A atendente de agendamento Isabel Cristina Meira, de 43 anos, vive uma rotina angustiante desde que o filho Davi Meira Neto, de 18 anos, desapareceu após ir a uma festa no bairro Barreirinha, em Curitiba, no dia 9 de novembro. Ao andar pelas ruas da cidade e se deparar com um mendigo, carrineiro ou usuário de drogas, ela olha atentamente para ver se reconhece o filho ausente. Ao acordar, pergunta-se se o filho tem cama. Ao comer, se ele tem comida. Ao sorrir, se ele chora.

A luta de Isabel, igual à de qualquer mãe nesta situação, tem um agravante: o filho já é adulto e usuário de drogas, e ela sente que o poder público e as pessoas em geral não se sensibilizam com o seu fardo. O Serviço de Investigação da Criança Desaparecida (Sicride), elogiado país a fora, não se responsabiliza pelo caso, por só atender casos de desaparecidos com até 12 anos, embora Davi tenha sumido quando ainda tinha 17 anos e a Constituição diga que toda pessoa com menos de 18 anos deve ter prioridade absoluta.

"Eu sinto que a polícia quer mais é descobrir que ele morreu. Eu jamais recebi uma ligação da DVC (Delegacia de Vigilância e Capturas, responsável por averiguar o desaparecimento de maiores de 12 anos). Não importa que use drogas, ele é meu filho", desabafa. Ela, inclusive, diz que já aceita a hipótese de que Davi esteja morto. "Dói menos".

Mesmo após quase dois meses do desaparecimento, a delegacia não tem nenhuma pista sobre o caso. A mãe diz que o filho — torcedor do Coritiba — tinha envolvimento com torcidas organizadas, mas nenhum colega de facção foi ouvido, de acordo com o próprio delegado Marcelo Lemos. Logo após sair de casa pela última vez, o rapaz ligou para a mãe. Entretanto a polícia não se interessou em pedir a quebra de sigilo telefônico para saber de onde vinha a ligação. Além disso, nenhum amigo da vítima prestou depoimento.

O delegado alega que a mãe só registrou o sumiço no dia 21 de novembro — 12 dias depois — e que o fato de Davi ser usuário de drogas e perambular pela cidade dificulta a sua localização. Lemos afirma que está averiguando outras informações e que só pode pedir a quebra de sigilo telefônico caso haja indícios de que Davi cometeu um crime. A mãe, que não cometeu nenhum, é a única já condenada, ao menos, à dor da dúvida.

## CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO 18 JAN 2012

### **SUGESTÕES DE QUEM CONVIVE COM A DOR**

A Gazeta do Povo ouviu mães, advogados, entidades e policiais a respeito de quais ações ajudariam o Brasil a encontrar seus desaparecidos. Confira:

#### **Atualizar e manter um cadastro nacional de desaparecidos**

As delegacias se comprometeriam a mandar para o sistema todo novo caso de desaparecido, seja ele criança ou adulto. Algo que pode ser feito por e-mail, em menos de um minuto.

#### **Criar unidades especializadas para investigar os casos**

Eles envolvem não somente uma delegacia – que investigaria desaparecimentos criminosos –, mas também unidades especializadas em investigar e conduzir casos em que o sumiço tem a ver com desestruturação familiar – o principal motivo em 80% dos casos.

#### **Contratar psicólogos**

Esses profissionais atenderiam mães e familiares durante e após as buscas, independentemente do desfecho do caso. Somente esse profissional faria a abordagem das crianças, sejam elas vítimas ou testemunhas que precisam ser ouvidas durante a investigação, como irmãos, primos, vizinhos e colegas.

#### **Respeito à lei da busca imediata**

Estudos comprovam que em 90% dos desaparecimentos que resultam em mortes, o crime ocorre até 48 horas após o sumiço.

#### **Maior divulgação da foto de pessoas desaparecidas**

Tanto por parte da polícia quanto pela mídia, para facilitar a identificação e alertar sobre os riscos. Empresas que atuam no ramo de transporte e outros órgãos com alcance nacional também poderiam fazer essa divulgação.

# GAZETA DO POVO

**COMBUSTÍVEIS**  
**Justiça liberta**  
**Cléber**  
**Salazar**

A Justiça concedeu um habeas corpus, no fim da tarde de ontem, para Cleber Onésio Alves Salazar, preso desde a última semana sob a acusação de participação em fraudes nas bombas de postos de combustíveis no Paraná. O despacho do juiz substituto Carlos Augusto de Mello argumenta que nos autos do processo não há nenhum elemento que indique uma possível intervenção de Salazar nas investigações. Logo, não haveria motivos para manter a prisão temporária do suspeito. No entendimento do juiz, a não renovação do alvará de funcionamento da empresa de Salazar, a Power Bombas, também é indicativo de que ele não prestará mais serviços aos postos de combustíveis. Salazar teve a prisão temporária, inicialmente prevista para cinco dias, prorrogada pelo mesmo período na última semana, após um pedido do Ministério Público do Paraná. A temporária venceria na noite de hoje. O MP-PR ainda estudava se ingressará com um pedido de prisão preventiva do suspeito.

## 18 JAN 2012

### TRE SUSPENDE AGENDAMENTOS

Os eleitores curitibanos que ainda não fizeram o recadastramento biométrico não poderão reservar um horário pela internet para regularizar sua situação. Desde ontem, o sistema do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) chegou no limite, após registrar o agendamento de 5 mil pessoas por dia até a próxima sexta-feira, prazo final para fazer o recadastramento eleitoral. Para se recadastrar, o eleitor terá de ir diretamente à Central de Atendimento ao Eleitor do TRE-PR, na Rua João Parolín, no bairro Prado Velho. O atendimento é das 8 horas às 18h30. É preciso levar um documento de identidade com foto, título de eleitor e comprovante de residência.

### NOTA POLÍTICA

#### Em Ponta Grossa

Um ação do MP e do Ministério Público do Trabalho tenta diminuir o número funcionários comissionados na Câmara Municipal de Ponta Grossa. São 75 cargos em comissão contra 33 funcionários concursados. O pedido é para que a Câmara equipare o número de cargos comissionados com os efetivos.

18 JAN 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

Fraude | MP denuncia nove por desvio de R\$ 8 milhões do Sindimoc

# Rombo milionário

**N**ove pessoas estão na denúncia do Ministério Público do Paraná (MP-PR) sobre o esquema de desvio de dinheiro do Sindicato dos Motoristas e Cobradores das Empresas de Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc). A denúncia oferecida pelo MP no início deste mês à Justiça dá conta do rombo milionário - exatos R\$ 8.125.643,85 - nos cofres da entidade que, desde 2010 é investigada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Novamente, os nomes do ex-presidente do Sindimoc e atual vereador Denilson Pires, e do advogado e ex-vereador, Valdenir Dielle Dias, estão entre os acusados de organizar toda a fraude. A



Pires: acusado.

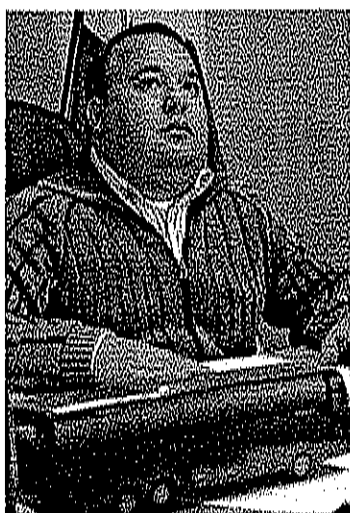
dupla teve a prisão temporária decretada em setembro de 2010, porém, passados cinco dias a Justiça os liberou por entender que era desnecessária a prorrogação. Na época, o montante desviado ainda não havia sido levantado, mas as acusações de for-

mação de quadrilha e de crime de peculato já faziam parte da ação.

### Envolvidos

Pela denúncia assinada pelo promotor de Justiça Vani Antônio Bueno, além dos nomes de Pires e Dias, integram a lista de envolvidos no esquema: Valdecir Bolete, Ana Líbia Grein, Marcio Ramos, João Carlos da Rosa, Pedro Paulo de Macedo da Costa Lima, Nereide de Fátima Butinhoni e Denis Kadri Jorge. A denúncia dá conta de que desde 1990 o dinheiro da entidade é desviado, e somente entre 2006 e 2010, foram mais de R\$ 8 milhões de receitas não contabilizadas. "O montante foi empregado em benefício próprio da quadrilha, em despesas que vão de abastecimento e manutenção de veículos particulares, cirurgias, contas pessoais e adiantamentos", acusa o MP.

## Devolução do dinheiro



Anderson: testemunha.

O atual presidente do Sindimoc, Anderson Telxelra, que é uma das testemunhas da denúncia do MP, disse que o sindicato ainda não foi notificado, mas que desde o início dos trabalhos "confiou plenamente nas investigações do MP e Gaeco". O departamento jurídico do Sindimoc aguarda a definição da Vara onde correrá o processo criminal para entrar como assistente de acusação e na Vara Cível com pedido de reparação financeira,

18 JAN 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Empresário dos postos sai da cadeia

Magaléa Mazzioti

O empresário Cléber Salazar, acusado de comandar um esquema de fraudes nas bombas de combustível, conseguiu habeas corpus no final da tarde de ontem. O juiz substituto Carlos Augusto Althea de Mello, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) aceitou o novo pedido da defesa do acusado, por considerar desnecessária a manutenção da prisão temporária.

Salazar estava detido no Centro de Triagem 2, em Piraquara, desde segunda-feira

da semana passada. Na quinta-feira, o Ministério Público conseguiu renovar a prisão temporária alegando que, em liberdade, o empresário poderia atrapalhar as investigações. Com o fim da inspeção nas bombas de combustíveis nos postos e o encerramento da auditoria, o juiz considerou desnecessária a prisão.

Um dos advogados que assinou o pedido de habeas corpus, Ademilson Gaspar, foi procurado pela reportagem, mas disse que a defesa só irá se pronunciar no processo.